

O ARQUIVISTA COMO GESTOR DE FONTES PRIMÁRIAS PARA O FOMENTO DA PRODUÇÃO INTELECTUAL

Daniele Erthal¹

Resumo

Este artigo tem o objetivo de desvelar, na perspectiva do valor permanente, a importância das fontes primárias para a pesquisa, para o desenvolvimento das instituições. E demonstrar a importância da atuação do profissional arquivista na manutenção da organicidade dessa riqueza que surge naturalmente no interior das instituições, seja como dados relacionados que constituirão a estrutura informacional, ou ainda numa perspectiva mais abrangente e profunda na configuração do conhecimento. Da mesma forma como os documentos surgem organicamente e contribuem para a configuração complexa do conhecimento, também emerge a necessidade de preservar as fontes primárias e o respeito ao fundo de arquivo desde a sua origem até a destinação final em diferentes formatos e suportes. Pois, na medida que se mantém esse ciclo é possível fazer emergir dele preciosidades a partir das leituras feitas por diferentes segmentos do conhecimento humano.

Palavras-chave: Fundo de Arquivo. Fonte primária. Dado. Informação. Conhecimento.

THE ARCHIVIST AS MANAGER OF PRIMARY SOURCES FOR THE PROMOTION OF INTELLECTUAL PRODUCTION

Abstract

This article exposes, from the perspective of permanent value, the importance of primary research sources for institutions' development. Furthermore, it intends to demonstrate the importance of archivists in maintaining the organic character of that wealth that naturally emerges within institutions – whether as related data that will make up the informational framework or from a more comprehensive and deeper perspective in configuring knowledge. Just as documents organically emerge and contribute for the complex configuration of knowledge, the need also arises to preserve primary sources and respect des fonds from their origin to their final destination, in their different formats and supports, since, as that cycle is maintained, treasures can emerge after readings by different segments of human knowledge.

Key-words: Respect des fonds. Primary source. Data. Information. Knowledge.

¹ Arquivista, Mestre em Integração Latino-americana, Professora do Departamento de Ciências da Informação – UFRGS, Coordenadora da Comissão de Graduação do Curso de Arquivologia – UFRGS.
daniele.erthal@ufrgs.br

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende basicamente refletir sobre os processos de criação e destinação documental orgânica até o seu limite de conservação e disseminação no interior dos fundos documentais, os quais constituem a égide integrada de gestão e difusão arquivística. Sob a perspectiva de entender a importância dessa dinâmica, também com a inserção de novas tendências tecnológicas e as novas formas de produção documental e de como são gerenciados e preservados, pretende-se alertar para a importância do fundo de arquivo: como unidade de congregação e custódia de fontes primárias; do profissional arquivista como gestor dessa matéria-prima para garantir a disponibilização das informações em seu estado puro às diferentes áreas do conhecimento humano.

Principalmente no que diz respeito às novas tecnologias, devido ao caráter não convencional quanto à obsolescência e efemeridade que permeia todo o processo de criação, trâmite, conservação e difusão dos documentos em formato eletrônico e também, na forma como se moldam para configurar a informação usual para diferentes funcionalidades. Além disso, acredita-se que, este texto traz uma contribuição clara de como se apresenta a entidade abstrata do documento, seja como dado, informação ou conhecimento e, de que forma em diferentes instâncias sua configuração pode fazer toda a diferença quando o registro consciente e preservado pode abrir campo às produções originais.

Acredita-se que, diante dessas perspectivas, os registros garantem os dados significados em formas e formatos informacionais cuja configuração é o incremento essencial para construção e registro e de novos conhecimentos. Além disso, servirá de fomento para a produção qualificada e original de produções historiográficas e, principalmente quando se entende que, também para o desenvolvimento da ciência, o registro documental orgânico é importante. Mas para isso é necessário também que se assuma uma consciência de cultura arquivística mais abrangente, inserida também em diferentes instituições públicas e privadas de forma a garantir a preservação e confiabilidade da diversidade de informações em estado puro que são produzidas em função de um fazer específico de forma que o resultado - o registro orgânico - seja também considerado indispensável no processo de criação intelectual. Toda a reflexão que se propõe neste artigo, não é focar apenas na arquivística tradicional, mas buscá-la para agregá-la à novos paradigmas de produção, tramitação e destinação de documentos que evoluirão para os fins históricos e toda a importância informacional que trarão consigo na medida em que possuam a garantia de permanecerem fidedignos e

autênticos para que o pesquisador tenha a garantia confiável de que a informação será o diferencial para a qualificação de quaisquer elaborações passíveis de publicação.

2 FUNDO DOCUMENTAL: DO GERAL PARA O PARTICULAR

Quando falamos em Arquivos, a literatura arquivística sugere Fundos Documentais² ao se referirem aos acervos de instituições que segundo Rousseau e Couture (1999) são identificados por uma existência jurídica, uma estrutura, funções com responsáveis devidamente autônomos por elas. No entanto, apesar disso, normalmente é de desconhecimento parcial ou total do público sobre o que consiste essa entidade que congrega uma riqueza incomensurável de informações na sua concepção mais pura: a fonte de informações primárias para a pesquisa.

É como uma reserva de minério, quando descoberta na natureza, encontra-se em estado bruto, de forma que, nos entornos da riqueza também encontram-se elementos dos quais fazem parte daquela geografia, daquele terreno de maneira única e naturalmente se encarregaram de integrar.

Digamos que o minério seja o ouro, então, o mineiro com a sua técnica, direciona o seu trabalho para extrair dali o que interessa, o ouro, na sua maneira pepita de ser. Já o minerador utiliza a tecnologia para elaborar o material extraído e dar-lhe uma forma para que seja melhor comercializado: imagina-se que ao dar forma a esse material ele estará modificando a natureza da pepita uma vez que esta deverá ser derretida e moldada para assumir a forma de uma barra, por exemplo. É o **ciclo do ouro**.

Adiante nesse processo, as barras de ouro ao serem comercializadas poderão ser destinadas a vários itinerários. Mas, se consideramos que as barras de ouro sejam comercializadas por uma rede de joalheiros, então, inevitavelmente, utilizando-se de técnicas, tecnologia e criatividade o joalheiro transformará a sua matéria-prima. Agregando outros materiais, misturando-o a outros metais ou minerais, suprimindo, acrescentando, hibridando, moldando-o até que o resultado final se transforme em objeto de admiração, assumindo uma perspectiva de valor econômico muito maior do que o ouro inicial no seu estado natural: a jóia. Mas ouro é ouro. A qualidade dele e, em que grau de pureza encontra-se é o que importa.

² Fundo é o conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que se equivale a arquivo (DICIONÁRIO..., 2005).

Diante dessa analogia, segue-se um mesmo raciocínio quando se trata do objeto que faz parte do arquivo, do arquivo como objeto e da instituição que o contempla. Inevitavelmente, teremos que retomar o caminho de como se produzem os documentos e de como se formam os fundos de arquivos ao qual pertencem.

Parte-se do princípio de que todo o documento nasce administrativo, na sua forma bruta de ser. Nasce proveniente de atividades meio ou fim, essencialmente administrativas públicas ou privadas, de forma que suas informações serão registradas conforme essas atividades vão se desenvolvendo, de forma natural, de forma orgânica cuja finalidade principal é servir à essa administração. Pois bem, tem-se aqui o primeiro formato do nosso ouro: o registro documental.

À medida que esses documentos vão cumprindo suas funções primeiras pelas quais foram produzidos, vão sendo guardados como garantia da execução dessas atividades e, da mesma forma como as informações são registradas, de maneira neutra e necessária, os documentos assumem um formato o qual vão se organizando para constituírem jazidas: os arquivos, que preciosos e organicamente são mantidos para serem contemplados e manipulados pelos seus produtores na medida que necessitarem. A partir disso, esses administradores como mineiros, poderão se utilizar desse material para subsidiar tomadas de decisões administrativas, jurídicas, fiscais, etc., selecionando as informações que lhes são úteis para o seu fazer.

No entanto, o tempo como elemento que contribui para esse acúmulo, bem como para que os registros se tornem cada vez mais preciosos, pois irão constituir prova de uma evolução institucional, prova de suas atividades. Aí entra a necessidade do minerador, comparado aqui com o arquivista, para separar os registros que realmente interessam para a constituição desse rol probatório de informações. Ou seja, nessa fase os arquivos assumem forma e se apresentam como uma prova concreta do que naturalmente a instituição produziu, realizou e acumulou.

No entanto, essa matéria-prima ainda permanece com o acesso restrito, pois ainda não foi lapidada para tornar-se agradável e ser objeto de cobiça pública. Então, a partir do recolhimento da documentação ao Arquivo Permanente, que é a fase onde se torna público, o arquivista, como joalheiro trabalha para o tratamento e disponibilização desse material. Sendo assim, o estado inicial do documento, da mesma forma que o ouro é necessário a utilização de instâncias avançadas de tecnologia para instrumentalizá-lo e disponibilizá-lo para ser

devidamente utilizado e ostentado: a informação registrada nos arquivos como fonte primária à pesquisa histórica, testemunhal, científica, social, política, etc. A jóia das produções intelectuais.

A partir dessa analogia, é possível nos transferirmos por alguns momentos às diferentes fases que contribuem para que os arquivos se formem e constituem o fundo documental de arquivo. É importante obter uma referência pontual sobre a formação dessas preciosas jazidas documentais: a formação de arquivos, como unidade arquivística central, quando se faz necessário contemplar princípios em primeira instância: quanto à instituição formadora de acervos arquivísticos e, em segunda instância: respeitando a organicidade da constituição interna dos acervos, dos arquivos numa perspectiva integrada, desde a formação, produção, criação de documentos orgânicos até a destinação final, quando são devidamente tratados pelo profissional arquivista e disponibilizados ao pesquisador e ao cientista. E assim, observa-se o cumprimento ideal do **ciclo vital dos documentos**: da produção orgânica à destinação final. Ou como os autores canadenses Rousseau e Couture (1999) sugerem: uma arquivística integrada quando trata das informações desde a sua produção nos arquivos correntes, quando prescreve e assume a finalidade probatória num estágio intermediário e finalmente, quando atingem o seu fim principal: os arquivos permanentes com documentos orgânicos³ como fontes primárias de acesso público e fomento à pesquisa.

Essa condição é perceptível pela constituição de fundos documentais que, segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005), constituem-se em um conjunto de documentos de uma mesma proveniência, seja quanto à instituição produtora, seja quanto à ordem original dessa documentação. A partir disso, é importante saber reconhecer a entidade produtora de documentos, as quais elementos constituirão o fundo de arquivo o qual, segundo Rousseau e Couture (1999, p. 93), poderão ser reconhecidos considerando os seguintes critérios: a) um organismo, seja ele público ou privado, com um nome, existência jurídica próprias resultantes de um ato, lei, decreto, portaria etc., preciso e datado; b) esse organismo deve possuir atribuições precisas e estáveis, definidas por um texto com valor legal ou regulamentar; c) ter sua posição na estrutura administrativa; d) deve ter um chefe responsável

³ Documento Orgânico é o que diz respeito aos documentos que surgem naturalmente em função à quaisquer atividades-meio e fim nas instituições públicas ou privadas como resultado das administrações, os quais servem diretamente aos seus produtores, além disso na medida em que os documentos prescrevem sua finalidade essencialmente administrativa, passam a cumprir um fim jurídico, fiscal ou probatório para então evoluírem ao patamar de históricos, acessíveis a quaisquer públicos, desde pesquisadores, cientistas, investigadores, cidadãos etc.

gozando de poder de decisão correspondente ao seu nível hierárquico. Ou seja, podendo tratar de assuntos inerentes à sua competência.

Esse é o contexto natural onde se fixam informações em suportes específicos para a elaboração orgânica de documentos, os quais formarão os arquivos provenientes das atividades meio ou fim e que constituirão a matéria-prima de, numa primeira instância, todo o processo administrativo, já numa segunda instância, de todo ato jurídico ou probatório, prerrogativas inerentes à execução dessas atividades. E, numa terceira e mais preciosa instância é o da prescrição administrativa quando esses documentos adquirem caráter permanente, cujas informações neles contidas se tornam também de acesso público, conforme o Art. 10 da Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991.

Ou seja, documentos prontos para serem lidos por todos os públicos, os quais darão a esses acervos o caráter específico, especializado ou especial, de acordo com a leitura que se fizerem, da criatividade de cada pesquisador considerando o resultado final: o trabalho historiográfico ou científico. E, o mais importante, manter-se-á a formação orgânica desse arquivo para outros estudos. Isto porque informação é informação. Todavia, se seu estado é puro, natural, ou orgânico, mais neutro possível de ideologias, mais qualificada será a elaboração do trabalho final.

Mas essa característica de disponibilidade múltipla a partir do valor permanente dos documentos somente será possível se a comunidade científica em geral entender que esse fundo documental deve ser preservado na sua integridade e, cuja organicidade possibilitará as mais diferentes leituras e produções a partir de seu estado original. Daí a importância de o profissional arquivista estar inserido e participar desse contexto como garantia aos “mineradores” de um garimpo limpo, cuja extração da informação aconteça no seu estado mais puro, sem comprometer a conservação formal da constituição dessa matéria-prima.

Ao contrário do ouro, em que o minerador intercede e molda seu estado natural, de forma concreta e dá ao mineral outro formato para melhor comercializá-lo, o arquivista tem a missão de garantir que as pepitas da informação registradas nos documentos que formam os arquivos orgânicos sejam oferecidas aos pesquisadores de maneira integral e que as intervenções nesse material aconteçam apenas no campo subjetivo, abstrato, isto é, no campo intelectual, com leituras e interpretações direcionadas para os fins aos quais o trabalho historiográfico ou científico se destinam. Isso porque, desse estado natural inicial, a matéria-prima possa servir também às mais diferentes áreas do conhecimento humano e às mais

diferentes possibilidades de leitura e criação, para que cada jóia criada seja vista como um *design* integral e que possa encantar pela sua originalidade.

3 NOVAS TECNOLOGIAS: POSSIBILIDADES DE CRIAÇÃO E INTERVENÇÃO CONSCIENTES

O impacto das novas tecnologias da informação sobre as práticas arquivísticas não podem ser ignoradas e deixar de ser discutidas, uma vez que é preciso entender que elas chegaram para ocupar um lugar permanente no desenvolvimento de quaisquer atividades: seja no âmbito administrativo, jurídico, fiscal e histórico, e esse novo panorama faz com que os arquivistas voltem a utilizar essas tecnologias como aliadas ao seu trabalho, sem deixar de perceber a função também de outros suportes e meios de preservação e disseminação da informação. Seja quanto à sua produção, seja na finalização do ciclo quando se necessita criar os mais variados instrumentos de busca e pesquisa para disponibilizar ao usuário as informações que necessitam para seus trabalhos. Segundo Lopes (1997, p. 129) “A reflexão arquivística terá que enfrentar, sob pena de completa deterioração, a informática como meio e como fim, isto é, a informática como um problema teórico e prático a ser analisado.”

A introdução das tecnologias da informação no mundo dos arquivos tem suscitado o interesse por estes, uma vez que tem favorecido o acesso rápido e eficiente à grandes volumes de informação que, de outro modo, permaneceriam inexplorados devido à limitação de ferramentas de acesso. Dessa maneira, permite-se que a arquivística se iguale às condições sociais, administrativas e culturais de maneira a potencializar sua abrangência.

Portanto, o desenvolvimento das tecnologias da informação e de comunicação comporta uma considerável mudança nas formas de acesso e difusão da informação contida nos arquivos, uma vez que abre várias possibilidades de multiplicar as fontes primárias com maior rapidez e eficiência por parte dos investigadores.

As novas tecnologias tem brindado a possibilidade de automatizar muitos processos com inúmeras vantagens: a gestão administrativa, o armazenamento e substituição de suportes, as transferências, o controle sobre o descarte, a descrição, a difusão. Esta é uma contribuição fantástica trazida pelas novas tecnologias, um novo mundo de possibilidades exige, em contrapartida, a aproximação do profissional arquivista com essa nova e presente realidade da informática, como possibilidade preservar o registro orgânico, mas também de

várias maneiras disponibiliza-lo ao público, desde que o acervo tenha atingido à fase ostensiva.

A informática baseada em grandes computadores desenvolveu-se nas práticas administrativas e gerenciais dos governos e das organizações privadas. Trata-se de uma mudança muito profunda na gestão documental, se comparada ao que ocorria há anos atrás. O setor privado tem, cada vez mais, na informática o seu principal meio de conduzir a vida das organizações.

A internet também serve de base para a edição de documentos, para potencializar as possibilidades e o alcance dos recursos dirigidos ao desenvolvimento de programas didáticos e de formação de usuários. Porém é necessário considerar que o uso de páginas na Web como fonte de informação requer um esforço de atualização contínua em seus conteúdos. Há uma preocupação nesse sentido, em se pensar que, devido o caráter efêmero sobre a grande quantidade de informações postas nesse meio e a facilidade para isso, coloca em dúvida a credibilidade quanto à veracidade e procedência das informações.

Mesmo assim, a evolução dessas extraordinárias tecnologias da informação e comunicação, devem permitir explorar adequadamente o imenso capital informativo dos arquivos e as possibilidades de difundir as atividades, oferecer publicações eletrônicas, criar arquivos virtuais e páginas na Web, oferecer produtos e serviços, bem como participar de projetos de investigação nacionais e internacionais.

Nesse sentido, é necessário observar que, as novas tecnologias de informação e comunicação estão em constante evolução e aperfeiçoamento. Daí que, essas tecnologias, principalmente no que se refere aos suportes, possuem um caráter obsoleto, o que implica a necessidade da migração de informações a outros suportes para garantir a existência da informação e que ela não seja influenciada pela fragilidade imposta pelo suporte. Essa realidade entra em conflito no ambiente tecnológico ainda pouco normatizado, pois segundo Fugueras (2003, p. 188), no que se refere à evolução tecnológica, é urgente proceder não somente a normalização do *hardware*, mas também da informação, devido às vantagens da gestão eletrônica de, por exemplo, o processo de trâmites administrativos com relação à gestão em suporte papel. Além disso, todo o controle que é necessário para estar atento à durabilidade e vida útil dos suportes utilizados.

É necessário ter muito presente o caráter obsoleto da imensa maioria das tecnologias da informação. A rápida evolução das máquinas e dos programas numa sociedade que tende a

substituir o papel pelo suporte eletrônico e a pensar que é banal a perda de informações nesse meio atualmente do que há anos atrás quando um dos suportes utilizados e com mais frequência era o papel, bem, à realidade das MDAs, citada por Lopes (1997), não deixa de sugerir que o papel ainda é o mais utilizado. Em função disso, as estatísticas mostram que com a facilidade de aquisição dos PCs e impressoras, muito mais corriqueira tornaram-se as impressões e conseqüentemente o acúmulo e congestionamento de papéis nos arquivos setoriais, demandando com mais intensidade a presença do profissional arquivista para proceder à gestão documental como meio de racionalizar a massa documental e garantir aos administradores o acesso às informações realmente indispensáveis à administração. Segundo Allègre,

Mais ainda, a questão do suporte é essencial para o estabelecimento do estatuto dos textos, pois é através deles que se identificam as modalidades concretas de presentificação dos textos: ‘em que assenta este ser de linguagem? Surge num écran ou impresso em papel? Apresenta-se isoladamente ou em relação com outros signos? Em que contexto é lido?’ Gervais (2003). De uma maneira geral, a translação do medium impresso para o medium electrónico é uma operação cuja complexidade e exigências cognitivas são enormes, mal documentadas e pouco investigadas. Christian Allègre refere que esta translação de um medium para outro exige uma muito cuidadosa reconfiguração intelectual dos conteúdos, que deve ser decidida a partir de uma compreensão renovada da sua natureza, da sua genealogia, da sua contextualização cultural e das estratégias de leitura previstas; os conteúdos devem ser reclassificados e reordenados no sistema de conhecimentos com o fito de assegurar uma nova eficácia simbólica exigida pelo novo medium. Esta recompreensão em profundidade implica por sua vez reconfigurações técnicas. E, mais ainda, esta recompreensão não se faz no vácuo, mas num contexto institucional, económico e social (ALLÈGRE, 2000 *apud* FURTADO, 2003, p. 28-29).

Como está sendo visto, todas as tecnologias da informação contribuem e dão uma nova configuração à produção, trâmite, disseminação e conservação das informações no âmbito das instituições. Diante disso, essa é uma realidade, que afeta diretamente a característica dos fundos documentais, das concepções arquivísticas até então existentes diante da velocidade e da efemeridade em que as informações são registradas, processadas, descartadas, acumuladas e disponibilizadas.

Essa conjuntura se forma a partir da inserção de novas técnicas de tratamento informacional que implica no “[...]puro e simples-fazer sem qualquer reflexão ou explicação para tal, é certamente o terreno básico da técnica” (OLIVEIRA, 2002, p. 48) e que, a utilização da tecnologia definida como ciência das artes e dos produtos das artes e de um desdobramento da ciência moderna. Em função disso, a demanda de instrumentos de precisão dos cientistas, pela aplicação de métodos de investigação contribuem para refutar a teoria

científica quando esta não pode ser aplicada à realidades específicas e que, novas teorias surgem a partir da aplicabilidade da técnica. Ora, não se trata de substituir a técnica pela ciência, por necessidade de ver a ciência equivocadamente evoluir, mas sim, de que uma necessita da outra para tratar dos entornos que lhes são inerentes e que a tecnologia surge para aprimorar este processo, pois a partir da aplicabilidade técnica reflexiva e aprimorada conduz-se o conhecimento à instâncias superiores.

Essa realidade não deixa de causar preocupação às entidades conscientes, uma vez que interferem diretamente na formação e no perfil profissional que tem como competência tratar essas informações em estado puro para impedir que numa perspectiva mercadológica e ideológica elas sejam manipuladas. Impedir que essas fontes primárias de informação sejam alteradas em seu estado orgânico de produção é na verdade garantir permanência imutável do objeto de leitura para a prática de metodologias específicas e especializadas nas mais diferentes áreas do conhecimento humano.

Nesse sentido, o papel do arquivista não está apenas em tratar a informação no momento em que ela prescreve, se torna descartável ou pública, mas também se fazendo presente na criação de *meios* capazes de manter o caráter autêntico aos registros informacionais, também na fase permanente. Dessa forma, garantindo-lhes sua permanência e idoneidade em todos os trâmites e intervenções, passíveis de serem visualizadas de forma transparente pelas “trilhas de auditoria”, forma que, segundo Rondinelli (2002), é possível perceber o processo desde a produção do documento até a sua destinação final. É o que o Projeto Internacional Interpares em suas fases um, dois e três se propõe: a elaborar políticas de conservação, proteção e atuação do profissional arquivista a partir da criação dos documentos no seu órgão produtor, principalmente no que se refere à documentação eletrônica, informática, digital, pela grande vulnerabilidade de intervenções nesse meio mesmo com as mais avançadas técnicas de criptografia digital.

Assim, o arquivista estará fazendo jus ao que, Schellenberg (2002) coloca que, “O trabalho do Arquivista, em qualquer época, é preservar imparcialmente o testemunho, sem contaminação de tendências políticas e ideológicas, de forma que, tomando-se por base esse testemunho, os julgamentos sobre homens e fatos que os historiadores, por deficiências humanas, estejam momentaneamente incapacitados de proferir, possam ser proferidos pela posteridade. E ainda, conscientes de seu papel na preservação das informações no documento

autêntico e crível. Os Arquivistas são, pois, os guardiões da verdade ou, ao menos, da prova cuja base pode firmar-se a verdade.”

Os arquivistas são os profissionais com o potencial inerente a garantir que as novas tecnologias não sejam as vilãs dessa nova conjuntura efêmera e emergente, mas eles, ao serem protecionistas de seu objeto de trabalho, garantirão objetos de trabalho futuro às mais diferentes categorias profissionais numa perspectiva interdisciplinar, complexa e, pela diversidade de possibilidades, original por natureza.

4 DO FUNDO PARA O MUNDO: A INFORMAÇÃO ORGÂNICA FOMENTADORA DE CONHECIMENTO

Tomando como ponto de referência o fundo de arquivo para todo um trabalho que permeia um acervo caracteristicamente constituído como histórico, é possível ao arquivista fazer uma objetiva leitura da formação desse fundo e se necessário proceder de modo a reconstituir ou manter sua organicidade de forma que se constituam em fontes críveis e confiáveis para a pesquisa. No entanto, todo esse processo, precisa ser pensado inclusive no meio eletrônico onde fontes primárias de pesquisa se formam e onde estas mesmas fontes se integram à produções intelectuais aplicadas à segmentos próprios de mercado, como em grandes corporações em que há setores especializados em Pesquisa e Desenvolvimento.

Segundo Erthal (2007), com o avanço tecnológico e com a globalização da economia das últimas décadas, a propriedade intelectual tem assumido um papel de grande importância, pois no mundo contemporâneo o desenvolvimento econômico baseia-se, fundamentalmente, na capacidade de os países gerarem, apropriarem-se e aplicarem o conhecimento na geração e distribuição de riquezas. O conhecimento passou a ser o principal capital e a base sobre o qual se assenta sua competitividade. Com isso, em países desenvolvidos a proteção à propriedade intelectual é um dos aspectos mais importantes na economia. Esta é uma realidade que surgiu a partir da revolução industrial, o que permite afirmar que o direito de proteção do conhecimento é uma preocupação recente.

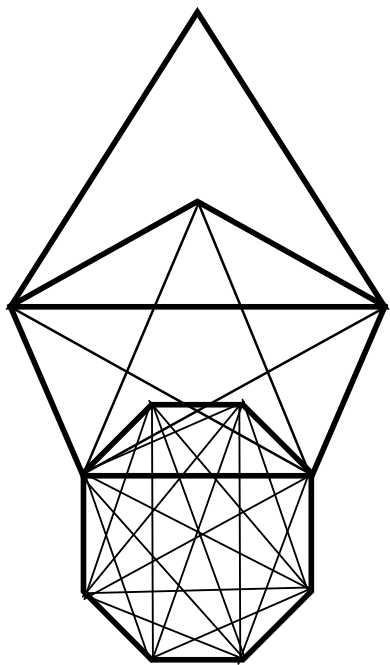
Dessa forma, cresce a importância da propriedade intelectual como instituição necessária para dar proteção e facilitar a valorização econômica das pesquisas desenvolvidas. A proteção legal da propriedade intelectual passou a ser condição essencial para o funcionamento eficaz das economias contemporâneas, principalmente no estágio atual, em

que o conhecimento científico e tecnológico é visto como propulsor do crescimento e desenvolvimento econômico e social.

Assim, de acordo com Leonardos (2001) a importância da proteção à propriedade industrial e ao direito do autor intelectual é um mecanismo de garantia dos direitos e de estímulo aos investimentos, aumentando na medida em que a intensidade da aproximação e interpenetração entre ciência e tecnologia aproximam o científico do mercadológico de forma irreversível, gerando monopólios. Para isso, o autor apresenta um detalhado estudo sobre a transferência de tecnologia e sua tributação alertando para a distinção das diversas formas de transferência de tecnologia e suas repercussões jurídicas e tributárias, onde cita-se: a) licença de exploração de patente; b) licença de uso de marca; c) fornecimento de tecnologia não patenteada ou *Know-How*; d) franquia e; f) participação nos custos de pesquisa.

Diante dessa realidade, essas formas de registro de informações originais, formam um rol fomentador de informações em altos patamares de especificidade e desenvolvimento que, em nome da demanda econômica sempre crescente, se forma em torno de projetos avançados de pesquisa que necessitam de uma bagagem informacional mais dinâmica, contextualizada e aplicada concretizada em forma de conhecimento. O conhecimento em ação pode ser avaliado pelas decisões tomadas, *insights*, que de modo geral acontecem na cabeça das pessoas, ou seja em mentes que trabalham e se especializam na medida que as realidades demandem experiências aplicáveis muito específicas, então, necessariamente acontece o registro primário para essa finalidade e que já nasce com um caráter de fonte primária de informação que deve ser preservada a longo prazo de forma a subsidiar novas transformações, novas inovações (DAVENPORT; PRUSAK,1998).

Uma linearidade circular onde a informação se concretiza aplicada aos altos graus de conhecimento e, por isso cobiçado por atingir proporções globais numa perspectiva cada vez mais mercadológica quando os registros dessas atividades altamente especializadas se configuram numa rede de instituições inseridas em diferentes lugares do globo, em diferentes nações e culturas. A figura abaixo, ilustra como esse processo acontece:



O **Triângulo Superior** – representa um **dado**: “**Dados** são um conjunto de fatos distintos e objetivos, relativos e eventos. Num contexto organizacional, **dados** são utilitariamente descritos como registros estruturados de transações. É a matéria-prima essencial para a criação de informação” (DAVENPORT; PRUSAK, 1998). “**Dados** podem ser entendidos como registros ou fatos em sua forma primária, não necessariamente físicos – uma imagem guardada na memória também é um **dado**” (BEAL, 2004, p. 12).

Intersecção entre o triângulo e o pentágono – Configuração do Registro

O **Pentágono** – Representa a **informação**: “O significado original da palavra ‘informar’ é ‘dar forma a’, sendo que a **informação** visa a modelar a pessoa que a recebe no sentido de fazer alguma diferença em sua perspectiva ou insight.” Dados tornam-se **informação** quando o seu criador lhes acrescenta significado. Então, pense em **informação** como dados que fazem a diferença (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p. 4).

Intersecção entre o pentágono e o octógono – Configuração do Registro

O **Octógono** – representa o **conhecimento**: “O **conhecimento** se produz em mentes que trabalham. O **conhecimento** existe dentro das pessoas, faz parte da complexidade e imprevisibilidade humanas” (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p. 4). “Com origem e aplicação na mente dos conhecedores, o **conhecimento** estaria embutido não só em **documentos ou repositórios**, mas também em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais.” O **conhecimento** costuma ser classificado como explícito ou tácito. **Conhecimentos Explícitos** – são aqueles que podem ser transformados em documentos, roteiros e treinamentos. **Conhecimento Tácito** – é aquele difícil de registrar, documentar ou ensinar a outras pessoas – a capacidade de liderança, por exemplo, embora seja claramente identificada em determinadas pessoas, é de difícil transmissão ou descrição (BEAL, 2004, p. 13).

Além dos conceitos sobre dado, informação e conhecimento, é possível fazer uma leitura sobre o desenho acima onde o triângulo superior representa o dado, de fácil identificação pela sua natureza e objetividade. É a base do processo dinâmico dos elementos que fazem parte de um contexto desde a emissão, mediação, fixação e disseminação de informações. Para apreendê-lo, basta compreender as relações que se efetivam.

Já num patamar mais elevado de complexidade encontra-se a informação, cujo significado demanda outros elementos, outros entendimentos, os quais exigem consenso em relação ao significado como princípios e padrões. O pentágono, já integrado ao triângulo e ao octógono confunde-se, pois além de menor que o triângulo, têm inserido em si vários outros triângulos (dados) o que representa que, já não é tão perceptível, demandando do interlocutor um empenho maior em decifrá-lo.

O octógono é o ponto! Possui inerente a si, muitos triângulos (dados), tem também uma quantidade considerável de pentágonos (informações) consideravelmente menor, especializada, específica, justamente por congrega muitos dados e informações num contexto que se estruturou a partir de processos de reflexão, transferência e captação de experiências, as quais configuram e se dinamizam em patamares bem menores de abrangência, mais difíceis de serem compreendidos por quaisquer humanos que não possuam inerentes a si um conhecimento específico e especializado sobre essa configuração, porém não menos

complexos, porque dizem respeito a um ponto altamente especializado do humano. O conhecimento aplicado e registrado. O que o torna complexo é justamente sua formação como um todo que se dá pela ligação entre os segmentos, numa perspectiva orgânica e linear.

Dessas leituras, é impossível não reconhecer o prisma que se forma na medida que o sistema se torna mais complexo. Por isso, diante dessa representação, é possível vislumbrá-lo no nosso cotidiano quando absorvemos e irradiamos signos representativos e dinâmicos pelo processo comunicacional. (Featherstone, 1994) No entanto, é claro que o que mais atrai aos olhos é a configuração mais complexa que se forma para caracterizar o conhecimento, justamente porque possui inerente a si um rol de incógnitas desveláveis quando feitas por uma metodologia investigativa e aliada à bagagem de experiências do interlocutor.

Um exemplo disso, é o capital intelectual gerado no interior de empresas transnacionais ou multinacionais. Segundo Benayon (1998), são corporações econômicas com atividade em vários países. Essas expressões sinônimas, parece que a segunda, cujo prefixo *trans* implica que essas empresas atravessam todas as dimensões econômicas e de um lugar para outro, é a mais adequada para qualificar este tipo de organização. Na realidade o prefixo *multi*, pode dar a idéia enganosa de múltiplas nacionalidades. Na realidade, aquelas empresas estão associadas ao país de onde tem sede. Ou seja, as transnacionais não apenas estão ligadas à oligarquia econômica deste país, mas também tudo o que diz respeito à empresa e seus entornos se moldam pelas afinidades de seus dirigentes, sociedade do país sede e até a cultura empresarial deriva de idéias formadas ao longo da história do país da matriz.

O mesmo autor ainda afirma que quem controla os mercados, controla as forças sociais e econômicas do país em que eles se situam e que não é verdade que as Empresas Transnacionais (ETNs), mantém no país hospedeiro o capital que nele obtêm. Ao contrário transferem ao exterior os lucros obtidos no mercado interno e jamais transferem ao País a tecnologia utilizada na produção.

Diante desse panorama, permissivas num primeiro momento pelo governo que em geral não percebe a escravização geral que é implantada, porque em nome da globalização inevitável, assim concebida por muitos, essas grandes corporações estrangeiras inviabilizam as empresas locais de se desenvolverem. E, inseridas no país receptor, passam a agir influenciando nos hábitos de vida, na cultura, na política, na sociedade do local, cujo determinismo estrategista justifica-se como um meio de gerar mais empregos e condições de vida social e econômica da região. Mas o mais interessante nisso é o que é produzido sob a

égide do desenvolvimento: todos os registros de inovação, as fontes de informação estratégica são mantidas próximas ao sistema de poder e econômico, ou seja, próximo à sede da corporação.

Isso caracterizará de forma bem específica os fundos documentais indo de encontro ao Princípio da Territorialidade, cujos documentos, por surgirem em meio privado, podem ser transferidos a qualquer momento para próximos à matriz corporativa, em outro país juridicamente distante do território do país onde surgiram. Geralmente, são produções orgânicas em primeira instância que possuem inerentes à si a potencialidade criativa e econômica inerente às grandes criações e invenções, as quais se transformarão em produtos ou serviços potencialmente econômicos.

Enquanto a criação e a invenção dependem principalmente de idéias, a inovação exige e pressupõe um conjunto de condições representadas por conhecimentos em um sistema integrado e, especificamente aplicado, o qual simplesmente não está disponível na maioria dos países em desenvolvimento. Neste contexto, Barbosa (1990) afirma que a proteção da propriedade intelectual pode inclusive constituir-se em obstáculo ao progresso tecnológico e impedir a sociedade de beneficiar-se de forma mais plena dos resultados da inovação. Além disso, a falta de controle dessas pesquisas, principalmente do poder público contribuem para que o conhecimento que surge em torno de elementos próprios de um país, principalmente em torno da cultura e identidade migrem sem empecilhos à outros espaços do globo e que voltem ao território de origem devidamente rotulados e visualmente atrativos e comercializáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o que aqui se apresenta, os documentos em estado original agregam a si uma característica muito importante no processo de criação intelectual, que é agregar em suporte físico o elemento abstrato em seu estado mais neutro, ou seja, livre de intervenções ideológicas, políticas, sociais, administrativas, etc. Diante disso, é possível perceber que isso acontece porque os documentos de arquivo surgem em função de atividades administrativas correntes, cotidianas, as quais pelo caráter primeiro em comprovar as atividades administrativas, permitem perpetuar a existência da instituição, mesmo quando esse registro não mais é necessário à finalidade inicial que foi produzido, mas também em etapas subsequentes. Seja como caráter jurídico e probatório dessas ações já integrando os arquivos

intermediários, ou numa fase mais distante da origem, nos arquivos permanentes quando o documento pode ter acesso público.

Diante desse enunciado, chama-se atenção nessa construção para a última fase do documento de arquivo, porém sem esquecer que para ele chegar até aí, é necessário que se pense nas fases que antecederam esse sistema, principalmente quando da inserção de suportes cada vez mais efêmeros, potencialmente obsoletos e especiais, ou seja cujo acesso necessita da intervenção da mediação de tecnologias, numa conjuntura em que estão cada vez mais inseridos no processo de criação dos documentos. Diante dessa realidade, é importante alertar que esses recursos não produzem apenas facilidade, agilidade e mobilidade da informação no momento de sua produção, mas também permitem intervenção também nas fases subsequentes quando o documento já não serve diretamente ao fim ao qual foi produzido, mas passa a existir com o fim de uma pesquisa mais avançada e acredita-se importante: testemunhar a evolução histórica das instituições, suas atividades, recursos, empreendimentos, etc., mais a longo prazo.

Essa é uma realidade que está sendo vista e pensada apenas pelo conforto que as novas tecnologias oferecem em termos de dinamizar a informação em tempo real, porém, não está sendo pensada a longo prazo quanto a preservação desse elemento abstrato, para que continuem livre de ideologias quando ainda necessita estar em estado puro para o pesquisador e o cientista, para que sim, a partir dele crie novas fontes de pesquisa, novas produções intelectuais conforme sua criatividade e interesse. Com efeito, futuramente, acontecerá o que poucos historiadores e cientistas conscientes estão dizendo: não teremos mais história. Ou ainda, não mais uma história que se aproxime da realidade no seu contexto, no seu tempo e espaço passado, e sim histórias, versões feitas a partir da intervenção partidária de quem se propôs a descrevê-la conforme interesses e necessidades emergentes. A informação estará lá, mas não mais em estado orgânico, se na conjuntura atual não se pensar em disseminar uma cultura arquivística de que é importante trabalhar para preservar o registro de agora como fonte primária testemunhal do amanhã.

Reforça-se que quem perde com isso, num primeiro momento são as próprias áreas do conhecimento humano, no papel dos futuros profissionais que terão muito mais trabalho para pesquisar e fazer emergir a verdade dos registros. Bom, pelo menos os que tiverem compromisso com ela. Num segundo momento, a própria sociedade, pois seremos uma civilização sem história, mas sim, um rol de estórias, das quais necessitará de um trabalho

exaustivo para fazer emergir de seus fragmentos um contexto que se aproxime da verdade real.

Reforçam-se, assim, a relevância e a importância de uma ciência que reflita sobre recursos e dispositivos propulsores de fluxos informacionais para geração de novos conhecimentos por meio de uma abordagem interdisciplinar, uma vez que a essência da ciência é a própria informação, o elemento abstrato dos documentos orgânicos está cada vez mais vulnerável na medida que as administrações e a falta de controle da produção documental dão credibilidade ao suporte também vulnerável e efêmero: a informática como única.

Cientes dessa realidade, acredita-se que a solução está na cultura tecida no âmago da sociedade que se faz cada vez mais necessária a ser disseminada por todos os segmentos e áreas do conhecimento humano, quanto ao profissional responsável para intervir e agir nesse contexto como, além de gestor, o mais importante protetor de seu objeto de trabalho: o documento e o arquivo orgânicos, as fontes primárias na perspectiva potencial e propulsora de fazer emergir daí novas criações intelectuais e impedir que essas intervenções aconteçam nesse ouro em estado puro. Recuperar informações reais e configurar novas produções consiste num processo criativo, importante e inerente à espécie humana, a questão que deve ser focada é a qualidade da matéria-prima, como garantia também de qualidade e originalidade do estado de arte final: as produções científicas e historiográficas.

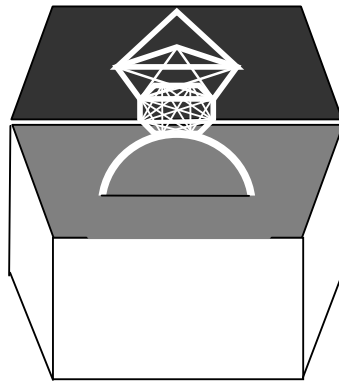
No entanto, o grande problema não está na perspectiva emergente do processamento das informações, mas sim, em desenvolver uma cultura geral sobre, em primeiro lugar, a existência do profissional arquivista e de seu fazer e, num segundo momento, uma cultura favorável sobre o seu papel desse agente racionalizador, precausor, gestor e difusor das informações em estado bruto. E, acredita-se a mais importante, a consciência do próprio profissional arquivista da importância do seu trabalho e do seu papel no tratamento e custódia dessas fontes primárias de informação e que busque a qualificação necessária para interagir com a evolução tecnológica e com profissionais de outras profissões numa perspectiva interdisciplinar consciente dessa necessidade.

Diferente do perfil profissional tradicional, o arquivista pensa em atuar com a sua ciência a partir da criação do documento. Na medida em que esse profissional atua nas especialidades e especificidades de cada instituição, de cada arquivo, ou documento, a pesquisa permeia todo o seu fazer. Isto acontece, porque sua técnica precisa ser aplicada de

maneira muito própria em cada situação na medida em que as empresas são administradas conforme os fins que se destinam e por isso também se organizam e se dinamizam em função desse fazer. Em função disso, é necessário perceber que o arquivista integral realiza seu trabalho de forma orgânica, na medida em que as realidades se apresentam. E para desenvolver a sua técnica e trazer o seu conhecimento inovador e criativo das instâncias finais de tratamento da informação bruta em fontes primárias, será necessário que haja uma conscientização unânime entre administradores e gestores para a abertura de espaço para o arquivista desde o início do processo de registro das informações orgânicas, em seu nicho de formação, também na gestão e avaliação dos registros em meio eletrônico, para garantir esse patrimônio informacional desde a sua origem adaptado às novas tendências da conjuntura atual.

Essa é uma consciência necessária ao *ethos* ocupado por cada profissional, que entende a importância dos registros que produz e que utiliza, de forma a entender que um dia estes itens prescreverão e constituirão a fonte de registro orgânico para que gerações futuras possam ler diretamente em suas pautas, ou indiretamente, nas entrelinhas a evolução de suas práticas como garantia de entender o passado, criar no presente e, num ciclo dinâmico e recíproco, constituir também fontes primárias de produção permanente para o futuro criativo do criador. Caso essas fontes sejam preservadas.

Assim, surge o protagonista dessa história, o arquivo como entidade protetora e o documento orgânico como elemento de proteção da informação bruta, crível e fidedigna, estrategicamente inteligente das instituições em proteger a sua existência. Assim, num ciclo completo de evolução cuidar da jóia das informações elaboradas não somente de forma imediatista, como para fins administrativos, mas maneira integral de forma que perpetue a organicidade dos arquivos para gerações futuras como fomento à história, cuidada e preservada com a importância equiparada àquela de quando foi criada e, inicialmente valorizada. Ou seja, considerar os arquivos como protetores de documentos orgânicos que são os fomentos da informação bruta: a jóia das produções intelectuais.



REFERÊNCIAS

- COUTURE, C. ; ROSSEAU, J. **Os Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999.
- BARBOSA, A. L. F. **Sobre a propriedade intelectual: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1990.
- BEAL, A. **Gestão estratégica da informação**. São Paulo: Atlas, 2004. p. 12.
- BENAYON, A. **Globalização versus desenvolvimento**. Brasília: LGE, 1998.
- BRASIL. Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. V. 29, nº 6, p. 455, jan. 1991, Seção I.
- DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- DICIONÁRIO BRASILEIRO TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ERTHAL, D. **O papel do profissional arquivista na gestão de informações na sociedade do conhecimento**. In: CONGRESSO ARQUIVOLOGIA MERCOSUL, 7., Chile: ASOCARCHI, 2007.
- FEATHERSTONE, M. (Org.) **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FUGUERAS, R.A. **Los archivos, entre la memoria histórica Y la sociedad del conocimiento**. Barcelona: Editorial UOC, 2003.
- FURTADO, J. **O papel e o pixel**. Disponível em: <http://www.ciberscopio.net/artigos/tema3/cdif_05_1.html>. Acesso em: 07 maio 2007.
- LEONARDOS, Gabriel Francisco. **Tributação da transferência de tecnologia**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- LOPES, L. C. **A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.
- OLIVEIRA, B. J. **Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- SCHELLENBERG, T. R. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.